

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2013

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 17,4% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 6,9% vencem de 2013 a 2020 e 75,7% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessões que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 11.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

A autorização para emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 04 de novembro de 2013.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos da data da contratação;

b) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente;

c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

d) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira;

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

g) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 8;

O imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*;

h) Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, Direito de Uso e Contratos de Programas. A amortização é calculada pelos prazos de vigência dos contratos, mencionados nas notas explicativas nºs 8 e 11. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*;

A Companhia, em atendimento a Lei 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão e Lei 11.445/07 – Marco Regulatório do Saneamento, registra no intangível os bens patrimoniais vinculados aos Contratos de Programas e efetua a amortização de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor, caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro;

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 14.c. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal;

j) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente;

k) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

l) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 15;

m) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado na nota 22;

n) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados;

A Administração da Companhia acredita que a provisão definida para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária e adequada com base na Legislação Ambiental em vigor no Brasil;

o) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas;

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados;

p) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma: No Ativo Imobilizado os Bens Patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” (aqueles assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07), e no Ativo Intangível os decorrentes de Contratos de Programas, em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Os valores são depreciados ou amortizados até a data de término do período contratual de cada Contrato de Programa. O valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente é reclassificado do ativo intangível para o ativo financeiro;

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

q) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 30 de junho de 2013

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Normas	Vigência
IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2014
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2015

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Caixa	1	
Depósitos Bancários Livres	330	3.351
Depósitos Bancários Vinculados	15.282	15.141
	15.613	18.492
Aplicações Financeiras (1)		
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa (2)	114.689	162.657
Itaú Corp Plus Referenciado (3)	48.999	38.026
	163.688	200.683
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	179.301	219.175

- (1) As aplicações financeiras possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 100,14% do CDI (99,71% para 31/12/2012);
- (2) O Fundo CAIXA FI SANEPAR I RENDA FIXA é exclusivo para as aplicações da Companhia sendo de alta liquidez e com baixo risco, com resgate imediato, que em 30/09/2013, alocava 51,86% dos recursos em Operações Compromissadas NTN-B, os quais possuem opção de recompra das quotas pelo banco, 23,88% em Títulos Públicos Federais (LFT e LTN) e 24,26% em CDB/LF's de Instituição Financeira de primeira linha (79,42%, 10,21% e 10,37% respectivamente para 31/12/2012);
- (3) O Fundo ITAÚ CORP PLUS REF DI FICFI de alta liquidez e com baixo risco, com resgate imediato, tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através de aplicações que alocam, no mínimo 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira é composta por títulos públicos e até 50% em títulos privados de baixo risco de crédito sendo que em 30/09/2013, alocava 48,74% dos recursos em renda fixa, 51,26% em Operações Compromissadas e 0% em outras aplicações (73,81%, 24,80% e 1,39% respectivamente para 31/12/2012).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Contas a Receber Vincendas	145.022	121.790
Contas a Receber de Parcelamentos	18.492	18.278
Ajuste a Valor Presente	(1.197)	(1.167)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	99.477	90.276
	<u>261.794</u>	<u>229.177</u>
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	65.063	66.261
De 31 a 60 dias	16.087	16.651
De 61 a 90 dias	7.403	8.299
De 91 a 180 dias	12.783	14.077
Mais de 180 dias	124.385	109.251
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(103.782)	(92.796)
	<u>121.939</u>	<u>121.743</u>
Totais de Contas a Receber, líquidas	<u>383.733</u>	<u>350.920</u>
Curto Prazo	375.750	334.066
Longo Prazo	7.983	16.854

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$24.576 (R\$25.561 em 31/12/2012), refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$84.017 (R\$82.225 em 31/12/2012) de Particulares; R\$13.346 (R\$13.957 em 31/12/2012) dos setores Estadual e Federal.

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Saldos no Início do Período	(92.796)	(81.782)
Valores Registrados como Despesa	(10.752)	(11.762)
Baixas, Líquidas das Recuperações	6	748
Outros Créditos	(240)	-
Saldos no Final do Período	<u>(103.782)</u>	<u>(92.796)</u>

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Clientes Particulares (1)	50.817	45.214
Órgãos do Governo Federal (1)	11	19
Prefeituras Municipais (2)	52.954	47.563
Totais	<u>103.782</u>	<u>92.796</u>

(1) Registro de perdas das contas vencidas há mais de 180 dias.

(2) É constituída provisão para os créditos vencidos há mais de 2 anos.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- continuação

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de Renda a compensar	1.320	19.332
Contribuição Social a compensar	-	5.611
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.407	1.371
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	3.009	26.596
Curto Prazo	1.958	25.573
Longo Prazo	1.051	1.023

7. OUTROS CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Adiantamentos a Empregados	13.999	3.027
Pagamentos Reembolsáveis	2.192	1.546
Depósitos Dados em Garantia	2.123	2.734
Despesas Antecipadas	6.633	5.318
Cheques, Títulos e Outros	1.153	8.840
Totais	26.100	21.465
Curto Prazo	25.366	20.731
Longo Prazo	734	734

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2013	31/12/2012
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.929.435	(1.000.741)	1.928.694	1.881.826
Sistemas de Esgoto	2.859.029	(590.355)	2.268.674	2.132.628
Resíduos Sólidos	3.214	(2.359)	855	965
Administração	152.046	(77.326)	74.720	64.289
Outras Imobilizações	39.516	(13.911)	25.605	10.012
Projetos e Obras em Andamento	800.929	-	800.929	628.609
Estoques para Obras	56.809	-	56.809	41.793
Totais	6.840.978	(1.684.692)	5.156.286	4.760.122

Por Natureza			30/09/2013	31/12/2012
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	62.269	-	62.269
Poços	2,86%	89.475	(26.781)	62.694
Barragens	2%	137.495	(40.951)	96.544
Construções Cíveis	*1,84%	1.308.868	(314.468)	994.400
Benfeitorias	2%	11.039	(1.526)	9.513
Tubulações	*1,95%	3.197.392	(725.599)	2.471.793
Ligações Prediais	3,33%	406.705	(137.783)	268.922
Instalações	*5,83%	50.804	(22.405)	28.399
Hidrômetros	10%	125.577	(63.579)	61.998
Macromedidores	10%	3.425	(2.068)	1.357
Equipamentos	*6,23%	367.362	(187.203)	180.159
Móveis e Utensílios	7,14%	28.098	(15.924)	12.174
Equipamentos de Informática	*19,82%	111.331	(88.040)	23.291
Veículos	*13,05%	58.254	(38.119)	20.135
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.041	(19.852)	4.189
Ferramentas	6,67%	623	(394)	229
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	482	-	482
Projetos e Obras em Andamento	-	800.929	-	800.929
Estoques para Obras	-	56.809	-	56.809
Totais		6.840.978	(1.684.692)	5.156.286

* Taxa Média Ponderada

O saldo da conta “Projetos e Obras em Andamento” em 30 de setembro de 2013, refere-se a 242 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 126 localidades, no montante de R\$316.986; 285 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 101 localidades, no montante de R\$391.640 e ainda R\$92.303 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Até este trimestre foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$9.810 (R\$12.804 no mesmo período de 2012). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 9,4% ao ano.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – continuação

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2013	31/12/2012
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	130.794	(62.498)	68.296	54.130
Sistemas de Esgoto	99.027	(27.964)	71.063	63.027
Resíduos Sólidos	911	(116)	795	433
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(49.373)	75.747	78.877
Outros Ativos Intangíveis	29.737	(18.114)	11.623	7.060
Totais	385.589	(158.065)	227.524	203.527

Por Natureza			30/09/2013	31/12/2012	
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	1.554	-	1.554	1.357
Poços (1)	3,33%	10.103	(3.612)	6.491	4.082
Barragens (1)	3,33%	848	(561)	287	271
Construções Cíveis (1)	3,33%	40.946	(12.897)	28.049	25.324
Benfeitorias (1)	3,33%	328	(53)	275	196
Tubulações (1)	3,33%	112.033	(37.717)	74.316	61.776
Ligações Prediais (1)	3,33%	19.165	(8.245)	10.920	8.792
Instalações (1)	*5,83%	3.484	(1.558)	1.926	1.612
Hidrômetros (1)	10%	8.278	(4.323)	3.955	3.086
Macromedidores (1)	10%	236	(137)	99	82
Equipamentos (1)	*6,23%	17.864	(8.698)	9.166	7.323
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	134	(66)	68	58
Equipamento de Informática (1)	*19,82%	1.480	(1.369)	111	114
Programas de Informática (1)	20%	31.039	(19.278)	11.761	7.069
Veículos (1)	*13,05%	1.742	(1.637)	105	222
Máquinas, Tratores e Similares (1)	*19,35%	1.433	(1.406)	27	105
Ferramentas (1)	6,67%	11	(9)	2	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	153	(107)	46	50
Proteção e Preservação Ambiental	20%	9.638	(7.020)	2.618	3.129
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(49.305)	75.695	78.819
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(67)	53	58
Totais		385.589	(158.065)	227.524	203.527

* Taxa Média Ponderada

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – continuação

b) Intangível -- continuação

- (1) Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos. A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor), caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro uma vez que os contratos prevêm a devolução dos bens ao final do contrato e o ressarcimento dos mesmos pelo poder concedente, tendo por base o valor residual contábil.
- (2) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 11.
- (3) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – continuação

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível

Descrição	2012	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	30/09/2013
Imobilizado						
Terrenos	59.202	2.586	-	-	481	62.269
Poços	58.471	81	(1.027)	(23)	5.192	62.694
Barragens	97.939	-	(1.794)	-	399	96.544
Construções Cíveis	967.841	1.494	(17.550)	(309)	42.924	994.400
Benfeitorias	8.036	196	(153)	-	1.434	9.513
Tubulações	2.352.398	22.205	(46.728)	-	143.918	2.471.793
Ligações Prediais	250.917	10	(8.424)	(572)	26.991	268.922
Instalações	24.414	1.065	(1.799)	(1)	4.720	28.399
Hidrômetros	56.918	-	(7.855)	(985)	13.920	61.998
Macromedidores	1.338	-	(184)	-	203	1.357
Equipamentos	163.568	24.732	(11.917)	(2.071)	5.847	180.159
Móveis e Utensílios	10.249	2.744	(779)	(64)	24	12.174
Equipamentos de Informática	23.174	6.069	(6.047)	(120)	215	23.291
Veículos	11.446	12.089	(1.523)	(1.817)	(60)	20.135
Máquinas, Tratores e Similares	3.560	1.282	(576)	(77)	-	4.189
Ferramentas	249	-	(17)	(3)	-	229
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	482	-	-	-	482
Subtotais Imobilizado Operacional	4.089.720	75.035	(106.373)	(6.042)	246.208	4.298.548
Projetos e Obras em Andamento	628.609	451.345	-	(381)	(278.644)	800.929
Estoques para Obras	41.793	15.016	-	-	-	56.809
Totais Imobilizado	4.760.122	541.396	(106.373)	(6.423)	(32.436)	5.156.286
Intangível						
Terrenos	1.357	55	-	-	142	1.554
Poços	4.082	-	(100)	-	2.509	6.491
Barragens	271	-	(8)	-	24	287
Construções Cíveis	25.324	368	(698)	-	3.055	28.049
Benfeitorias	196	9	(6)	-	76	275
Tubulações	61.776	1.691	(1.855)	-	12.704	74.316
Ligações Prediais	8.792	-	(369)	(14)	2.511	10.920
Instalações	1.612	17	(132)	-	429	1.926
Hidrômetros	3.086	-	(540)	(36)	1.445	3.955
Macromedidores	82	-	(14)	-	31	99
Equipamentos	7.323	1.007	(634)	(71)	1.541	9.166
Móveis e Utensílios	58	3	(6)	-	13	68
Equipamentos de Informática	114	-	(44)	-	41	111
Programas de Informática	7.069	9.188	(4.320)	-	(176)	11.761
Veículos	222	12	(110)	(79)	60	105
Máquinas, Tratores e Similares	105	-	(77)	(1)	-	27
Ferramentas	2	-	-	-	-	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	50	-	(3)	-	(1)	46
Proteção e Preservação Ambiental	3.129	146	(809)	-	152	2.618
Concessão do Município de Curitiba	78.819	-	(3.124)	-	-	75.695
Concessão do Município de Cianorte	58	-	(5)	-	-	53
Totais Intangível	203.527	12.496	(12.854)	(201)	24.556	227.524
Total Geral	4.963.649	553.892	(119.227)	(6.624)	(a) (7.880)	5.383.810

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Reserva de Reavaliação e Atribuição do Novo Custo

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$188.294 e R\$200.232, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

No exercício de 2012 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2011, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado, exceto para bombas dosadoras. Desta forma, a comissão recomendou a utilização das mesmas taxas de depreciação para o exercício de 2013.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) A composição de empréstimos, financiamentos e debêntures é a seguinte:

Descrição	Taxa de	Indexador	Vencimento	30/09/2013	31/12/2012
	Juros Anual Efetiva		Final		
Repasses do Banestado/Itaú (BID e BIRD):					
Caixa Econômica Federal – CEF (1)	6,65% a 13,71%	TR	2036	698.572	669.469
Banco do Brasil S/A (2)	7,90%	TR	2014	22.261	54.115
Município de Maringá – CEF/CURA	6,20%	TR	2014	32	78
Debêntures 2ª Emissão (3)	6,92%	TJLP	2024	119.565	59.806
BNDES (4)	6,82% e 7,50%	TJLP	2027	203.855	177.011
Banco do Brasil – PSI/13 (5)	3,00%	-	2023	9.286	-
Créditos Estado do Paraná (6)	5,00%	TJLP	2013	275.857	-
Subtotais				1.329.428	960.479
Parcelas Vencíveis a Curto Prazo				(390.036)	(130.116)
Empréstimos e Financiamentos				(388.038)	(129.583)
Debêntures				(1.998)	(533)
Parcelas Vencíveis a Longo Prazo				939.392	830.363

TR = “Taxa Referencial”, taxa de juros estabelecida mensalmente pelo Banco Central do Brasil. A taxa acumulada da TR até o segundo trimestre, findo em 30 de setembro de 2013, foi de 0,03% (0,29% para o mesmo período de 2012).

TJLP = “Taxa de Juros de Longo Prazo”, taxa de juros estabelecida trimestralmente pelo Banco Central do Brasil. Até o segundo trimestre, findo em 30 de setembro de 2013, a taxa acumulada da TJLP foi de 3,73% (4,34% para o mesmo período de 2012).

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo divulgados na nota explicativa 21.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- (1) Caixa Econômica Federal – formado por 222 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, utilizados para aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas.

Esses empréstimos são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial, no montante de R\$145.185 e pelas receitas próprias da Companhia. Mediante o Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças nº 411 PGFN/CAF, de 25/04/2008, 35 contratos que a União adquiriu da Caixa, por força da MP nº 2196-3, de 2001, passaram a ser garantidos por 16% do total da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto no Estado, até o limite do saldo devedor total atualizado dos referidos contratos. A taxa média ponderada de juros é de 6,66% ao ano, acrescida da taxa de administração de até 2,00%, havendo contratos sem taxa de administração e outros com percentuais de 1,00%, 1,01%, 1,41% e 2,00% ao ano. A taxa de risco de crédito é de até 1,70% ao ano, havendo contratos com taxas de risco de 0,30%, 0,50%, 1,00% e 1,70% ao ano.

O prazo final para pagamento é em 2036. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, cujo saldo em 30/09/2013 é de R\$9.353 (R\$8.426 em 31/12/2012), equivalente a um encargo mensal, valor esse registrado em depósitos vinculados no Ativo Não Circulante.

- (2) Banco do Brasil S/A – empréstimo relativo ao refinanciamento de dívidas junto à CEF – Caixa Econômica Federal. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelo Estado do Paraná. A taxa de administração é de 0,10% ao ano, acrescida da taxa de juros.
- (3) Debêntures 2ª Emissão – emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de trinta e nove mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos, sendo: a 1ª série com 3.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395.155. Em 22/06/2012 ocorreu a colocação de 1.500 debêntures e em 26/03/2013 houve a colocação de mais 1.500, totalizando 3.000 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$118.546. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª e 3ª séries serão amortizadas em 121 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,92% ao ano, acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 10 parcelas anuais e sucessivas com remuneração de 9,195575% (taxa de referência + 1,92%) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado pelo IPCA, com carência de 37 meses.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- (4) BNDES – formado por 03 (três) contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP, estão sendo utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização e, também, para a ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 30/09/2013 é de R\$11.029 (R\$10.511 em 31/12/2012), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. Os contratos são amortizados da seguinte forma: (i) dois contratos tiveram o início da amortização após o período de carência, em 108 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de maio de 2010 e janeiro de 2011, respectivamente, e estão sendo remunerados a taxa de 2,5% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e (ii) um contrato teve o início da amortização após o período de carência, em 138 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a partir de agosto de 2011, e remunerado à taxa de 1,82% ao ano, acima da TJLP. No caso de a TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. Os percentuais de 2,5% e 1,82% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

Adicionalmente foram firmados 02 (dois) contratos com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados a ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 30/09/2013 é de R\$ 1.134, registrado em Depósitos Vinculados no contrato Ativo não Circulante. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: (i) um contrato com seguintes características: a) carência de 30 (trinta) meses com amortização em 90 (noventa) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de julho de 2014, b) carência de 30 (trinta) meses com amortização em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de julho de 2014. ii) contrato com carência de 30 (trinta) meses e amortização em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de agosto de 2014.

Os Contratos são remunerados à taxa de 2,05% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso da TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. O percentual de 2,05% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – continuação

- (5) Banco do Brasil – PSI (Programa de Sustentação do Investimento) – formado por 12 (doze) contratos firmados com o Banco do Brasil S/A, com recursos originários do BNDES-Finame, (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 (cento e oitenta dias) desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% (cem por cento) do saldo devedor da dívida. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: (i) cinco contratos com as seguintes características: a) carência de 6 (seis) meses com amortização em 114 (cento e quatorze) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de novembro de 2013. ii) sete contratos com carência de 24 (vinte e quatro) meses com amortização em 96 (noventa e seis) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de 15 de maio de 2015. Os Contratos são remunerados à taxa fixa de 3,00% ao ano. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.
- (6) Créditos Estado do Paraná – saldo vincendo do Projeto Paranasan perante o Japan International Cooperation Agency, que deverá ser quitado até 30 de novembro de 2013 ao Estado do Paraná, transferido do Não Circulante, conforme demonstrado na nota 15, item 6.

b) Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	30/09/2013		31/12/2012	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldos no início do período	130.116	830.363	175.647	773.513
Liberações	-	189.696	-	187.878
Juros e Taxas	66.069	-	88.112	-
Variações Monetárias	-	203	-	2.128
Transferências	80.870	(80.870)	133.156	(133.156)
Amortizações	(162.876)	-	(266.799)	-
Transferência dos Créditos Estado do Paraná	275.857	-	-	-
Saldos no final do período	390.036	939.392	130.116	830.363

c) Os vencimentos de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
2014	23.004	2.939	25.943
2015	85.739	11.757	97.496
2016	80.569	11.757	92.326
2017	76.393	11.757	88.150
2018	79.796	11.757	91.553
2019 a 2036	476.324	67.600	543.924
Total	821.825	117.567	939.392

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	9.194	8.789
Contratos e Convênios com Terceiros	13.921	18.571
Convênios com Prefeituras Municipais	5.101	4.949
Cauções e Valores a Reembolsar	4.144	8.549
Totais	32.360	40.858
Curto Prazo	25.483	34.285
Longo Prazo	6.877	6.573

11. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 30 de setembro de 2013 é de R\$94.855 (R\$95.675 em 31/12/2012), sendo R\$5.900 (R\$5.654 em 31/12/2012) registrados no passivo circulante e R\$88.955 (R\$90.021 em 31/12/2012) no passivo não circulante.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de Renda a Pagar	16.909	-
Contribuição Social a Pagar	6.533	-
COFINS a Pagar	13.612	12.468
PASEP a Pagar	2.955	2.707
COFINS – Parcelamento (1)	8.604	11.372
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	6.094	10.854
Outros Tributos a Pagar	3	1
Totais de Impostos e Contribuições	54.710	37.402
Curto Prazo	54.048	32.233
Longo Prazo	662	5.169

- (1) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro de 1994 a setembro de 1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional restando, em 30 de setembro de 2013, 13 parcelas a vencer. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 15/01/2013 a União apresentou recurso especial, que está em análise de admissibilidade no TRF4.

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e constitui provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A movimentação das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, é a seguinte:

Natureza	31/12/2012	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/2013
Ações Trabalhistas (1)	149.083	40.212	(9.663)	(18.905)	160.727
Ações Cíveis (2)	186.925	13.576	(1.881)	(888)	197.732
Ações Ambientais (3)	57.483	2.405	(729)	-	59.159
Ações Tributárias (4)	2.283	1.170	(2.114)	-	1.339
Total	395.774	57.363	(14.387)	(19.793)	418.957

b) Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para as quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	30/09/2013	31/12/2012
Ações Cíveis (2)	126.567	93.653
Ações Ambientais (3)	194.571	59.208
Ações Tributárias (4)	15.634	11.955
Totais	336.772	164.816

- (1) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
- (2) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

- (3) As provisões ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente de vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão.
- (4) As provisões tributárias relacionam-se, principalmente, a questionamentos movidos pelas Prefeituras Municipais de Paranavaí, Porecatu e Tamboara referente ao ISSQN e do município de Pinhais referente ao IPTU.

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	30/09/2013	31/12/2012
Ações Trabalhistas	89.561	88.611
Ações Cíveis	46.992	44.463
Ações Ambientais	885	560
Ações Tributárias	3.937	3.858
Totais	141.375	137.492

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	30/09/2013		30/06/2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes dos Impostos	446.138	446.138	421.725	421.725
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(111.534)	(40.152)	(105.431)	(37.955)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	14.620	5.263	15.846	5.705
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	44	16	137	49
Ajustes a Valor Presente de Contas a Receber (1)	(8)	(3)	96	35
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	434	-	415	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	191	-	194	-
Outros	(68)	(54)	(365)	(161)
Totais das Despesas	(96.321)	(34.930)	(89.108)	(32.327)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(131.251)		(121.435)	
Alíquota Efetiva	29,4%		28,8%	

(1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;

(2) De acordo com o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica;

(3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2013	30/09/2012
Imposto de Renda	(117.380)	(120.828)
Contribuição Social	(42.144)	(43.365)
Realização do Imposto de Renda Diferido	21.059	31.721
Realização da Contribuição Social Diferida	7.214	11.037
Totais	(131.251)	(121.435)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo	30/09/2013				31/12/2012
Descrição	Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
BASES ATIVAS						
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	934.841	233.710	84.136	317.846	292.162
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.041	375	1.416	1.415
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	418.957	104.739	37.706	142.445	134.563
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	56.284	14.071	5.066	19.137	17.691
Provisão para PPR	-	-	-	-	-	10.471
Provisão para Plano de Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	1.347
Totais			353.561	127.283	480.844	457.649
BASES PASSIVAS						
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	28 anos	156.002	39.000	-	39.000	40.020
Reserva de Reavaliação	18 anos	161.411	40.353	14.527	54.880	57.155
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	5 anos	26.884	6.721	2.420	9.141	10.925
Totais			86.074	16.947	103.021	108.100
Total líquido			267.487	110.336	377.823	349.549

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura dos Créditos e Débitos, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2013	3.895	1.403	5.298	1.338	353	1.691
2014	16.621	5.984	22.605	5.352	1.412	6.764
2015	29.652	10.675	40.327	5.352	1.412	6.764
2016	15.581	5.609	21.190	5.352	1.412	6.764
2017 a 2019	151.481	54.533	206.014	12.893	3.096	15.989
2020 a 2022	46.742	16.827	63.569	11.311	2.526	13.837
2023 a 2025	46.742	16.827	63.569	11.311	2.526	13.837
2026 a 2028	42.847	15.425	58.272	11.311	2.526	13.837
2029 a 2031	-	-	-	8.972	1.684	10.656
2032 a 2034	-	-	-	4.294	-	4.294
2035 a 2037	-	-	-	4.294	-	4.294
2038 a 2040	-	-	-	4.294	-	4.294
Totais	353.561	127.283	480.844	86.074	16.947	103.021

15. PARTES RELACIONADAS

O Estado do Paraná possui, em 30/09/2013, os seguintes créditos junto à Companhia:

Descrição	30/09/2013	31/12/2012
Empréstimos e Financiamentos		
Paranásan – Contrato subempréstimo – Estado/JBIC	185.051	185.051
Paranásan – Acordo Formal – Estado do Paraná	156.159	156.159
Outros – Acordo Formal – Estado do Paraná	25.810	25.810
Total de Empréstimos e Financiamentos (1)	367.020	367.020
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (2)	17.608	17.608
Paranásan – Liberações ocorridas na vigência do contrato (3)	177.296	177.296
Remuneração (4)	459.489	422.789
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio de 2004 (5)	51.804	-
Total dos Créditos do Estado do Paraná	1.073.217	984.713
Créditos Estado do Paraná (6)	(275.857)	
Créditos para Aumento de Capital (7)	797.360	

(1) Saldo de Empréstimos e Financiamentos, transformado em Créditos para Aumento de Capital, conforme Termo de Resilição celebrado entre a Sanepar e o Estado do Paraná em 18 de dezembro de 2003.

(2) Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio decorrente do encontro de contas realizado, em 15 de dezembro de 2003, entre a Sanepar e o Estado do Paraná. Os créditos de Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2002, no valor de R\$34.743, possibilitaram a quitação de débitos relativos a faturas de água e esgoto, no montante de R\$17.135, e o saldo remanescente de R\$17.608, a favor do Estado do Paraná, foi transferido para a conta de Créditos para Aumento de Capital.

15. PARTES RELACIONADAS – continuação

- (3) Recursos repassados na forma do acordo de empréstimo BZ-P13, firmado entre o Estado do Paraná e o “JBIC – Japan Bank for International Cooperation”. Estes valores foram registrados diretamente como Créditos para Aumento de Capital, conforme previsto na Cláusula Terceira do Termo de Resilição Amigável, de 18 de dezembro de 2003.
- (4) Remuneração dos saldos dos créditos destinados a aumento de capital, existentes em 31 de dezembro de 2003 e aportes realizados na vigência do contrato, pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme acordo entre a Sanepar e o Estado do Paraná, aprovado pela 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 13 de setembro de 2005.
- (5) Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio a pagar ao Estado do Paraná do exercício de 2004 atualizado pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.
- (6) O saldo destes créditos deverá ser pago ao Estado do Paraná até 30 de novembro de 2013, nos termos do Acordo de Acionistas, assinado em 27 de agosto de 2013, transferido para o Passivo Circulante, conforme demonstrado na nota 9, item 6. Esta transação não impactou diretamente sobre os fluxos de caixa no período corrente.
- (7) Valor correspondente à parcela corrigida destinada ao aumento de capital Social da Sanepar, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 17.680 de 13 de setembro de 2013, aprovado na 8ª/2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2013, mediante emissão de ações preferenciais em benefício do Estado do Paraná, transferido para Créditos para Aumento de Capital, no Patrimônio Líquido, não impactando diretamente sobre os fluxos de caixa no período corrente.

Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2012, no montante de R\$3.962 e Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2013 no montante de R\$30.401 totalizando R\$34.363.

Além disso, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita montou de R\$52.212 e R\$43.237 até o terceiro trimestre de 2013 e 2012, respectivamente.

A Companhia também possui transações com a Dominó Holdings S/A referente a Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$17.104.

Os custos com energia da Companhia, os quais são gerados pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL (uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) foram de R\$121.376 e R\$135.596, até o terceiro trimestre de 2013 e 2012, respectivamente.

Essas operações de vendas e compras têm sido realizadas, aplicando-se as mesmas condições daquelas realizadas com terceiros.

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, com as quais mantém contratos de concessões e contratos de programas municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, até o terceiro trimestre de 2013, montou de R\$46.131 (R\$45.794 para o mesmo período de 2012).

15. PARTES RELACIONADAS – continuação

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos Administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi aprovada pela 49ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2013, no montante global de R\$9.317. Para o exercício de 2012 a aprovação se deu pela 48ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2012, no montante de R\$7.872 sendo pago a título de remuneração o montante de R\$4.602 e R\$1.866 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$6.468.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é composto de 414.082.182 ações, sendo 289.836.870 ações ordinárias e 124.245.312 ações preferenciais (mesma posição em 31/12/2012) sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2013, desconsiderando os Créditos para Aumento de Capital, é de R\$6,29 (R\$5,87 em 31 de dezembro de 2012).

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2013 é de R\$1.800.000, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	173.902.122	60,0	43.475.530	35,0	217.377.652	52,5
Dominó Holdings S/A	115.106.273	39,7	28.776.568	23,2	143.882.841	34,7
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	1,9	2.339.005	0,6
Investidores Estrangeiros	-	-	12.712.740	10,2	12.712.740	3,1
Demais Investidores	828.475	0,3	36.941.469	29,7	37.769.944	9,1
Totais	289.836.870	100,0	124.245.312	100,0	414.082.182	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até o trimestre, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$4.416 (R\$4.486 no mesmo período de 2012), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações/amortizações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/09/2013	30/09/2012
Saldos no início do período	110.947	116.917
Realização da Reserva de Reavaliação	(6.691)	(6.797)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.275	2.311
Saldos no final do período	106.531	112.431

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio (dividendos).

d) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 25/04/2013, a Assembléia de Acionistas aprovou a proposta de pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2012, no montante bruto de R\$158.944, sendo que até 30/09/2013, foi quitado o montante de R\$147.525.

Em junho de 2013, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a 23ª/2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 17 de junho de 2013, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio a razão de 50%, face ao que estabelece o acordo de acionistas, observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2013. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o primeiro semestre de 2013, foi de R\$58.479, sendo retido o valor de R\$3.388 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$19,9 milhões.

Os juros sobre o capital próprio creditados em 30/06/2013, imputados aos dividendos, por ação, correspondem a R\$0,137112582100 para as ações ordinárias e R\$0,150823840310 para as ações preferenciais, bruto do imposto de renda na fonte. Esses juros serão pagos após aprovação da Assembléia Geral Ordinária que deverá ocorrer até o mês de abril de 2014.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

O montante total de R\$59.424 (R\$122.386 em 31/12/2012) registrado no Passivo Circulante como Juros sobre o Capital Próprio, líquido do imposto de renda na fonte, e Dividendos em 30/09/2013 inclui R\$34.363 (R\$91.257 em 31/12/2012) do acionista Estado do Paraná, R\$17.104 (R\$21.062 em 31/12/2012) do acionista Dominó Holdings S/A, R\$7.520 (R\$9.776 em 31/12/2012) de outros acionistas e R\$437 (R\$291 em 31/12/2012) relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas.

e) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico/diluído por ação	30/09/2013	30/09/2012
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	213.985	204.065
Por ação ordinária		
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	289.837	289.837
Resultado básico/diluído		
Por ação ordinária	0,73830	0,70407

f) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante o período foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$3.463 (R\$2.992 mesmo período de 2012), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/09/2013	30/09/2012
Saldos no início do período	21.206	25.269
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(5.247)	(4.533)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	1.784	1.541
Saldos no final do período	17.743	22.277

i) Créditos para Aumento de Capital

O montante de R\$797.360 foi registrado no Patrimônio Líquido para aumento do Capital Social conforme disposto no Acordo de Acionistas da Sanepar ("Novo Acordo"), e autorizado pela Lei Estadual nº 17.680 de 13 de setembro de 2013, conforme nota 15 (7).

17. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	30/09/2013	30/09/2012
Receitas		
Receitas de Água	1.180.740	1.076.594
Receitas de Esgoto	607.402	527.054
Receitas de Serviços	56.460	55.642
Receitas de Resíduos Sólidos	5.210	3.418
Serviços Prestados a Prefeituras	3.617	3.123
Outras Receitas	28.005	17.303
Totais das Receitas Operacionais	1.881.434	1.683.134
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(112.704)	(100.667)
PASEP	(24.469)	(21.855)
Totais das Deduções	(137.173)	(122.522)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	1.744.261	1.560.612

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados aos contratos de programas de R\$3.162 até o 3º trimestre de 2013 (R\$298 para o mesmo período de 2012), ou seja, com margem nula.

18. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	30/09/2013			30/09/2012		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	135.143	42.171	177.314	109.269	34.137	143.406
Materiais	46.350	17.089	63.439	39.196	14.437	53.633
Energia Elétrica	112.405	11.017	123.422	126.605	11.187	137.792
Serviços de Terceiros	90.303	63.576	153.879	63.715	37.453	101.168
Depreciações e Amortizações	59.637	47.130	106.767	56.478	43.356	99.834
Outros Custos	42.797	14.100	56.897	38.132	11.807	49.939
Totais	486.635	195.083	681.718	433.395	152.377	585.772

19. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	30/09/2013	30/09/2012
Comerciais		
Pessoal	57.914	45.945
Materiais	2.503	2.536
Serviços de Terceiros	29.790	25.924
Depreciações e Amortizações	3.800	3.707
Perdas na Realização de Créditos	10.752	7.891
Outras Despesas	26.909	20.569
Totais das Despesas Comerciais	131.668	106.572
Administrativas		
Pessoal	298.043	240.554
Materiais	21.022	18.394
Serviços de Terceiros	73.701	59.643
Depreciações e Amortizações	8.660	6.786
Perdas na Realização de Créditos	-	3
Outras Despesas	33.429	27.614
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(67.396)	(55.628)
Despesas Capitalizadas (b)	(57.868)	(44.288)
Totais das Despesas Administrativas	309.591	253.078
Outras Despesas Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	(6.732)	(2.954)
Receitas		
Venda de Ativos	6.579	-
Totais das Outras Despesas Operacionais, líquidas	(153)	(2.954)

(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

20. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	30/09/2013	30/09/2012
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	5.477	3.871
Aplicações Financeiras	15.144	15.287
Outras Receitas Financeiras	3.603	3.209
Totais das Receitas Financeiras	24.224	22.367
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(56.226)	(53.633)
Variações Monetárias Passivas	(38.745)	(42.253)
Outras Despesas Financeiras	(5.520)	(7.282)
Totais das Despesas Financeiras	(100.491)	(103.168)
Resultado Financeiro, líquido	(76.267)	(80.801)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia não apresentou variação para os saldos apresentados nas demonstrações contábeis, conforme quadro abaixo:

Descrição	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	179.301	219.175	179.301	219.175
Contas a Receber de Clientes, líquido	383.733	350.920	383.733	350.920
Total	563.034	570.095	563.034	570.095
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.329.428	960.479	1.329.428	960.479
Empreiteiros e Fornecedores	113.646	101.793	113.646	101.793
Títulos a Pagar	16.292	19.649	16.292	19.649
Total	1.459.366	1.081.921	1.459.366	1.081.921

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$5.826 (R\$5.550 em 31/12/2012); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, mencionada na nota 9 (1), no valor de R\$9.353 (R\$8.426 em 31/12/2012) e os valores mencionados na nota 9 (4) de R\$11.029 (R\$10.512 em 31/12/2012) e R\$1.134.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	Janeiro a setembro de 2013	Janeiro a setembro de 2012
Saldos no Início do Período	(1.167)	(1.694)
Ajuste a Valor Presente	(30)	385
Saldos no Final do Período	(1.197)	(1.309)

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 29 (vinte e nove) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 30/09/2013, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

Obrigações Contratuais: em relação à 2ª emissão de debêntures simples em emissão privada, não-conversíveis em ações, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes índices: dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/ROL igual ou superior a 35%; EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,5. As debêntures da 2ª Emissão contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$29.000, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

A Companhia firmou no ano de 2007, três contratos de financiamento com o BNDES e deve manter os seguintes índices econômico-financeiros, apurados anualmente com base nas Demonstrações Contábeis: cobertura do serviço da dívida igual ou maior que 1,5; margem EBITDA igual ou maior que 35%; dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$14.100, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de dezembro de 2007. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes e cujo saldo em 30 de setembro de 2013 é de R\$11.029 (R\$10.511 em 31/12/2012).

Os contratos firmados com o BNDES em 2011 e 2012, devem manter os seguintes índices econômico-financeiros, apurados trimestralmente com base nos valores relativos aos últimos 12 (doze) meses constantes das demonstrações: dívida líquida / EBITDA igual ou menor a 3,0; margem EBITDA/ROL igual ou maior que 35%; EBITDA / serviço da Dívida igual ou maior a 1,5. Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$7.500 corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de setembro de 2011. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva, com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes, desde 5 (cinco) dias úteis antes do primeiro desembolso.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

Outras Contas: segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 30 de setembro de 2013. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 10,3 milhões de pessoas com água tratada e 6,5 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS – continuação

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	30/09/2013	31/12/2012
TR	720.865	723.662
TJLP	599.277	236.817
Sem Correção Monetária	9.286	-
	1.329.428	960.479

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$1.741 e R\$3.482 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável conforme descrito abaixo:

Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Debêntures 2ª Emissão	TJLP	(464)	464	(929)	929
BNDES	TJLP	(1.243)	1.243	(2.486)	2.486
Caixa Econômica Federal	TR	(32)	32	(64)	64
Banco do Brasil	TR	(2)	2	(3)	3
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(1.741)	1.741	(3.482)	3.482

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

22. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-doença e acidente) como benefício definido. Até o 3º trimestre a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$11.566 (R\$14.541 no mesmo período de 2012) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,4% pela patrocinadora e 36,6% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o 3º trimestre, o montante de R\$28.885 (R\$24.046 no mesmo período de 2012).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuário externo, (ATU-VERITA - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.), a qual emitiu parecer datado de 31 de janeiro de 2013, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33, aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de	Plano de	30/09/2013	31/12/2012
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Curto Prazo	24.987	37.336	62.323	57.287
Longo Prazo	349.819	522.699	872.518	802.011
Totais	374.806	560.035	934.841	859.298

22. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2013:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2013
Custo do Serviço Corrente	4.295	17.249	21.544
Custo dos Juros	75.520	50.161	125.681
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(41.445)	(454)	(41.899)
Contribuições dos Empregados	(4.602)	-	(4.602)
Totais	33.768	66.956	100.724

O montante de R\$100.724 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2013, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até 3º trimestre de 2013 o montante de R\$75.543 (R\$67.204 até o terceiro trimestre de 2012). No final do exercício de 2013 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, poderemos realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

23. TÍTULOS A PAGAR

A Companhia mantém operações financeiras junto à FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. Essa dívida foi parcelada em 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas anualmente pela “Tabela Price” na taxa real de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC, sendo que até 30/09/2013 foram pagas 148 parcelas. A composição total do saldo em 30 de setembro de 2013, registrado como “títulos a pagar”, é de R\$16.292 (R\$19.649 em 31/12/2012), sendo R\$6.587 (R\$6.298 em 31/12/2012) no Passivo Circulante e R\$9.705 (R\$13.351 em 31/12/2012) no Passivo Não Circulante.

24. RECEITAS A APROPRIAR

Em 08 de março de 2012 a Companhia firmou contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, no montante de R\$16.250. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 3º trimestre de 2013 foi de R\$2.439. O saldo em 30 de setembro de 2013 é de R\$11.104 (R\$13.542 em 31/12/2012), sendo R\$3.250 (R\$3.250 em 31/12/2012) registrados no passivo circulante e R\$7.854 (R\$10.292 em 31/12/2012) no passivo não circulante.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2013 à 30/09/2013			01/01/2012 à 30/09/2012		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	1.226.734	623.078	1.849.812	1.122.482	540.226	1.662.708
Outras Receitas Operacionais	19.261	12.361	31.622	12.570	7.856	20.426
Total da Receita Operacional Bruta	1.245.995	635.439	1.881.434	1.135.052	548.082	1.683.134
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(83.540)	(53.633)	(137.173)	(75.383)	(47.139)	(122.522)
Receita Operacional Líquida	1.162.455	581.806	1.744.261	1.059.669	500.943	1.560.612
Custo	(486.635)	(195.083)	(681.718)	(433.394)	(152.378)	(585.772)
Lucro Bruto	675.820	386.723	1.062.543	626.275	348.565	974.840
Despesas Comerciais	(80.197)	(51.471)	(131.668)	(65.583)	(40.989)	(106.572)
Despesas Administrativas	(188.569)	(121.022)	(309.591)	(155.742)	(97.336)	(253.078)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(93)	(60)	(153)	(1.818)	(1.136)	(2.954)
Resultado Financeiro, líquido	(34.510)	(41.757)	(76.267)	(38.199)	(42.602)	(80.801)
Programa de Participação nos Resultados	-	-	-	(2.803)	(1.752)	(4.555)
Provisões	(14.162)	(9.021)	(23.183)	(23.311)	(14.640)	(37.951)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(46.011)	(29.532)	(75.543)	(41.331)	(25.873)	(67.204)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	312.278	133.860	446.138	297.488	124.237	421.725
Imposto de Renda e Contribuição Social	(91.871)	(39.380)	(131.251)	(85.661)	(35.774)	(121.435)
Lucro Líquido do Período	220.407	94.480	314.887	211.827	88.463	300.290
Investimentos no Período (a)	275.173	278.719	553.892	158.355	181.243	339.598
Endividamento – Financiamentos e Debêntures	605.968	723.460	1.329.428	452.691	530.659	983.350
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.467.963	2.915.847	5.383.810	2.228.401	2.661.560	4.889.961
Depreciações e Amortizações do Período	(67.228)	(51.999)	(119.227)	(62.936)	(47.391)	(110.327)
Contas a Receber (Curto e Longo Prazo)	332.916	155.796	488.712	308.967	133.495	442.462
Quantidade de Usuários – Não Revisado (b)	2.787.417	1.635.192	-	2.698.195	1.529.602	-
Volume Milhares de m ³ Faturados – Não Revisado (c)	419.995	269.551	-	412.244	257.646	-

(a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(b) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(c) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

26. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia contratou a empresa *Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S* para a execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício social de 2013 e emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) do 3º trimestre de 2013 e dos 1º e 2º trimestres de 2014. O presente contrato tem um prazo de duração de 365 dias, contados a partir de 16 de outubro de 2013.

27. REAJUSTE TARIFÁRIO

A Companhia foi autorizada pelo Decreto Estadual nº 7.290, de 20 de fevereiro de 2013, a proceder reajuste tarifário de 6,9% que passou a incidir nos serviços prestados a partir de 30 dias após a publicação do referido Decreto.

28. TARIFA SOCIAL

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Decreto nº 2.460, autorizou a Companhia a manter o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgotos. A Tarifa Social tem o objetivo de beneficiar as famílias que moram em imóvel com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados) e percebam mensalmente até ½ (meio) salário mínimo por pessoa ou no máximo 2 (dois) salários mínimos por família, cujo consumo mensal de água não deverá ultrapassar os 10 m³ (dez metros cúbicos). O valor da tarifa reduzida para os serviços de água, na faixa de consumo de até 10 m³ (dez metros cúbicos), é de R\$6,20 (seis reais e vinte centavos) por mês. Caso este beneficiário utilize serviço de coleta e tratamento de esgoto pagará mais R\$2,90 (dois reais e noventa centavos), perfazendo um total de R\$9,30 (nove reais e trinta centavos).

Até o 3º trimestre, com o benefício da Tarifa Social, a Companhia destinou o montante de R\$40.040, representando um percentual de 2,1% da receita operacional bruta, para atendimento à população enquadrada no respectivo Programa. No mesmo período de 2012, o impacto foi de R\$32.875, o que representou um percentual de 2,0% da receita operacional bruta.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a Aliança do Brasil Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$607.977, com vigência abrangendo o período de 05/12/2012 a 04/12/2013, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	409.540
Máquinas e Equipamentos e Veículos	161.168
Estoque	37.269
Total	607.977

Adicionalmente a Companhia possui contrato com a J. Malucelli Seguradora S/A para a emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial no montante de até R\$100.000, com vigência do contrato no período de 03/11/2011 a 02/11/2013, com a finalidade de garantir valores a serem depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de setembro de 2013, a Companhia ofereceu garantias através de seguro garantia em 50 processos judiciais, no montante de R\$49.605.

29. SEGUROS -- continuação

A Companhia também firmou contrato com a ACE Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20 milhões, e vigência do contrato por 365 dias, a partir de 12/03/2013.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures

O Conselho de Administração, na 10ª/2013 Reunião Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2013, deliberou pela realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme, destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 e está automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

Aumento de Capital

A 101ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2013, aprovou o aumento de capital, por subscrição particular, no valor de R\$ 797.359.806,00 (setecentos e noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e seis reais), mediante emissão de 62.538.024 (sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil e vinte e quatro) ações preferenciais, da mesma classe prevista no Estatuto Social, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 12,75 (doze reais e setenta e cinco centavos) por ação, fixado com base no valor econômico da Companhia, determinado pela média das avaliações econômico-financeiras realizadas pelos bancos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e Banco BTG Pactual S.A de acordo com o valor de fluxo de caixa descontado da Companhia, em observância ao disposto no § 1º, do art 170, da lei nº 6.404/1976.